GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E
CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB - CACS-FUNDEB

ATA DA REUNIÃO COM A PROMOTORIA PÚBLICA

Às **09 horas** do dia **06 de junho de 2023**, na sede da Casa dos Conselhos de Ipiaú, reuniram-se a Promotor(a) de Justiça **Lissa Aguiar Andrade**, e os conselheiros municipais do CACS-FUNDEB, **Sr. Celso Santana Ferreira**, presidente do CACS-FUNDEB, **Sra. Eliete Santos Reis Sousa**, representante dos professores, **Sr. Milton Pinheiro dos Santos Filho**, representante das ONGs (Rotary), Sra. **Rafaele Lopes de Andrade**, representante da sociedade civil (APAE), **Sra. Ivanice Silva Santos Cardim**, representante dos diretores escolares, **Sra. Mercia Oliveira Cruz**, representante do Conselho Tutelar, e Sra. **Leidianne Rocha Torres**, representante das escolas do campo, **Sra. Mência Bastos Bonfim**, representante da Secretaria de Educação, **Sra. Agna Tereza Calheira**, representante da Secretaria de Educação, **Sra. Ana Maria Oliveira Souza**, representante da sociedade civil (ANCHAQUE), **Sra. Anabela Lopes Moreira**, representante dos professores, atendendo ao convite do Ministério Público para tratar de aspectos gerais relacionados ao colegiado no ano de 2023.

Aberta a reunião, foi inicialmente esclarecido pelo membro do Ministério Público que a iniciativa se situa no contexto mais amplo de uma ação interinstitucional com o objetivo de apurar a regularidade e acompanhar o funcionamento de Conselhos Municipais vinculados à temática da Educação, a exemplo, do CACS/FUNDEB, com base na Nota Técnica Conjunta nº. 01/2018 – Ministério Público do Estado da Bahia e União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME - Seção/Ba. **Foi dito, ainda, que fora realizada reunião em março de 2023 com então presidente Celso Santana, oportunidade em que se observou a necessidade de realização de visita a sede da Casa dos Conselhos, para um momento com todo o colegiado.**

Neste sentido, foi dito que a atuação ministerial em torno do tema tem sido fomentada pela Instituição e que Promotores de diversos municípios têm procurado acompanhar apurar a regularidade e acompanhar o funcionamento de Conselhos Municipais vinculados à temática da Educação.

Tendo em vista que um dos princípios orientadores do ensino público nacional é a sua gestão democrática, exercida pelo povo em todas as instâncias e das mais variadas formas, a Lei nº 14.113/2020 tratou de apontar os principais atores responsáveis pela fiscalização e o controle da aplicação dos recursos do FUNDEB, dentre estes os tribunais de contas e o CACS-FUNDEB.

Para o alcance dessa finalidade preventiva, foi ressaltada, assim, **a importância do colegiado que tem por função o acompanhamento da gestão dos recursos públicos provenientes do FUNDEB, no que tange sobre a distribuição, a transferência e a aplicação, partindo do princípio do "controle social" através da participação de entidades da sociedade civil.** Nesse aspecto, foi ressaltado que o Conselho não é uma unidade administrativa do Governo. Assim, sua ação deve ser **independente** e, ao mesmo tempo, harmônica com os órgãos da Administração Pública local.

Nessa perspectiva alguns questionamentos foram feitos: *Este conselho cumpre, e em que medida, com*

esta sua função de controle social? Como consequência, o conselho contribui para a socialização da política e a expansão da democracia? Ademais, é fornecida aos conselheiros a formação técnica para a realização de suas funções?

O membro ministerial então solicitou que os presentes explicassem, o planejamento colegiado no desenvolvimento das funções relacionada aos CACS-FUNDEB do municípiode Ipiaú, interessando saber, principalmente:

Como é desenvolvida os trabalhos do colegiado?

Através de reuniões mensais; foi dito pelo Presidente a dificuldade em atingir quórum das reuniões e que os representantes dos pais e alunos será modificado, tendo em vista a ausência nas últimas 04 reuniões; foi sugerido pela Promotora que se estabelecesse um dia fixo por mês (por exemplo, última quarta do mês período tarde), para que todos os membros já pudessem se organizar e bloquearsuas agendas nas referidas datas; as reuniões foram feitas inicialmente na Secretaria de Educação, mas atualmente está ocorrendo na Casa dos Conselhos;

1) **São feitas visitas às escolas? Com que frequência? Quem participa dasvisitas?**
Fez planejamento de visitas, fez visita na Escola Celestina; quem participa das visitas são os próprios conselheiros.

2) **É fornecido transporte para realização das visitas e local para realizaçãodas reuniões?**
Não houve necessidade de carro.

3) **Como funciona o Conselho que representa? Explicitar como sãodesenvolvidas essas atividades:**

Nesse momento foram apresentadas outras atividades a serem desenvolvida peloCACS FUNDEB:

- ***acompanhar e controlar a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundeb;***

Informaram que nesse ponto estão com dificuldades; que o tempo disponibilizado com os documentos foi muito curto, que chamaram um técnicoda Secretaria de Educação para trazer informações;

- ***supervisionar a elaboração da proposta orçamentária anual****, no âmbito de suas respectivas esferas governamentais de atuação;*

Foi pontuado pela promotora a necessidade de supervisão da elaboração da proposta de LOA do município de Ipiaú, que será tratada a partir do segundo semestre do ano de 2023, sendo necessário a inclusão no planejamento estratégico de atividades do CACS FUNDEB essa atividade.

- **supervisionar a realização do censo escolar anual;**

Foi pontuado pelo presidente que tem certa experiência na realização de censo escolar, diante da sua atuação como Diretor; que a estratégia pensada para implementar essa atividade no bojo do CACS/FUNDEB será solicitar informações às escolas e fazer uma fiscalização por amostragem; foi pontuado pela promotora a importância da elaboração correta do censo, tendo em vistaque os recursos são baseados nesses dados.

- **instruir, com parecer, as prestações de contas a serem apresentadas ao respectivo Tribunal de Contas. O parecer deve ser apresentado aoPoder Executivo respectivo em até 30 dias antes do vencimento do prazo para apresentação da prestação de contas ao Tribunal;** e

Que o colegiado não se sente seguro em fazer a prestação de constas; que nãosabem analisar essa documentação; foi pontuado pela Promotora que esses parecer estão sendo assinados apenas pro forma, tendo em vista a ausência de capacitação dos membros para análise da documentação. Os conselheiros recebem cópias dos demonstrativos sintético das receitas e despesas, extratos bancários e documentos contábeis, para análise? Se sim, com que antecedência?

Recebem no mínimo com 1 semana de antecedência; que precisam de formação para aprender a manusear as informações; também não se sentem capacitados para analisar essas informações.

4) **Os conselheiros têm acesso ao SIOPE[1]? O presidente do CACS/FUNDEB tem acesso ao Módulo de Acompanhamento e Validação do SIOPE – MAVS[2]?**

Os conselheiros além de não ter acesso ao SIOPE, desconheciam o sistema e o presidente também não teria acesso ao MAVS; foi sugerido com urgência umacapacitação para acesso ao sistema.

Link de acesso ao SIOPE:

https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/sistemas/siope

5) **O Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACS) do Fundeb, no âmbito de suas competências, vem adotado as medidas necessárias a fim degarantir a integral aplicação dos recursos provenientes do Fundeb em ações estritamente condizentes com a manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à valorização dos profissionais da educação, incluída sua condigna remuneração;**

Atualmente não adotam as medidas necessárias a fim de garantir a integral aplicação dos recursos provenientes do Fundeb, tendo em vista a falta de capacitação no manuseio das ferramentas e análise dos documentos, a exemplodas prestações de contas.

6) **Os membros se sentem preparados para bem executar as funções doCACS/FUNDEB? Foi**

- **feita alguma formação?**

  Não se sentem preparados; não foi feita nenhuma formação; que solicitaram àSecretaria de Educação formação.

7) **Como se dá a participação do controlador interno do município nasreuniões?**

   Não vem nas reuniões.

8) **Como se dá nos casos de identificação de falhas ou irregularidades?** Que no dia em que houve um questionamento acerca dos valores do FUNDEB, otécnico não soube explicar; contudo, chegaram a conclusão que se tratava de umerro de digitação; nesse momento foi pontuado pela Promotora que, em casosde ser identificada possível falha/irregularidade, é possível solicitar informações à própria Prefeitura, bem como o colegiado ou o conselheiro individualmente poderá reportar ao Ministério Público ou ao Tribunal de Contas. Nenhum participante desejando mais ter a palavra, foram feitos os agradecimentos aoparticipante e encerrada a reunião.

Diligências:

1) Oficiar à Secretaria de Educação para que informe o motivo pelo qual não foi ainda designado o Secretário Executivo para o **Conselho Municipal de Educação**e informe qual dia será designado. Reagendar nova reunião com o colegiado para final de agosto de 2023, a fim de saber quais avanços foram alcançados pelo CACS-FUNDEB no desenvolvimento de suas atividades;
2) Oficiar o CEDUC, com cópia dessa ata, solicitando os bons préstimos desse Centrode Apoio, a fim de que, tendo em vista a essencialidade do controle social na áreade educação, sejam indicadas formações aos membros do CACS-FUNDEB.

Edileta Santos Reis Sousa

Milton Pinheiro dos Santos Filho

Mência Bastos Barbosa

Agna Tereza Calheira

Ana Maria D Souza